

Tratamento das políticas públicas de informação e tecnologia em periódicos científicos colombianos da ciência da informação*

Resumo

Este trabalho propõe uma aproximação entre a Ciência da Informação e as Políticas Públicas de Informação e Tecnologia. O objetivo é identificar o tratamento que as Políticas Públicas de Informação e Tecnologia têm recebido, por meio do estudo dos elementos de conteúdo abordados nas publicações científicas da área da Ciência da Informação colombiana. Os elementos de conteúdo foram abordados com o intuito de estudar o direcionamento que o tema tem recebido nessas publicações na conjuntura da Sociedade da Informação. Utilizou-se o sistema SciELO, consultando no assunto Ciências Sociais Aplicadas na Colômbia, tendo selecionado dois periódicos que publicam a partir da Ciência da Informação: *Revista Interamericana de Bibliotecología* e *Signo y Pensamiento*, analisando o período de 2000-2016. Considera-se que as discussões têm sido poucas, e na sua maioria centradas em algumas temáticas da Ciência da Informação, sem encontrar análises integradas com as propostas do governo, nos tópicos considerados por eles como fundamentais na Sociedade da Informação. Dentro das publicações científicas analisadas há uma ampla discussão em torno do papel das bibliotecas públicas como agentes determinantes para o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Conclui-se que são necessários novos direcionamentos que aprofundem as relações entre a Sociedade Informação e o desenvolvimento científico e tecnológico, sociedade e políticas públicas de informação, incluindo fundamentos históricos e epistemológicos de políticas públicas de informação.

Palavras-chave: políticas públicas informação e tecnologia, sociedade da informação, ciência da informação, periódicos científicos colombianos.

Cómo citar este artículo: Camperos-Reyes, J. T., Santana, R. C. G., & Carvalho, A. M. G. (2018). Tratamento das políticas públicas de informação e tecnologia nos periódicos científicos colombianos. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 41(3), 289-301. doi: 10.17533/udea.rib.v41n3a07

Recibido: 2017-07-13 / **Aceptado:** 2018-08-09

Jacquelin Teresa Camperos-Reyes

Doutoranda em Ciência da Informação pela UNESP - Universidade Estadual Paulista, Brasil, Mestre em Ciência da Informação pela UNESP - Universidade Estadual Paulista, Brasil, Engenheira de Sistemas pela Universidad Francisco de Paula Santander, Colômbia.
jacquelin.camperos-reyes@unesp.br
orcid.org/0000-0002-0078-5376

Ricardo César Gonçalves Sant'Ana

Doutor em Ciência da Informação pela UNESP - Universidade Estadual Paulista, Brasil, Livre-Docente em Sistemas de Informações Gerenciais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista, Brasil. Professor associado na UNESP, Campus de Tupã, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, Campus de Marília.
ricardosantana@marilia.unesp.br
orcid.org/0000-0003-1387-4519

Ângela Maria Grossi de Carvalho

Doutora em Ciência da Informação pela UNESP - Universidade Estadual Paulista, Brasil, Pós-doutora em Comunicação pela Universidade de Sevilha, Espanha. Professora assistente na UNESP, Campus de Bauru, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, Campus de Marília.
angela.grossi@unesp.br
orcid.org/0000-0002-5425-4917

* El presente texto es un avance del proyecto “Metadatos nas instruções de governos para publicadores de dados”, desarrollado durante el programa de Maestría en Ciencia de la Información, línea de investigación Información y Tecnología, en la Universidad Estadual Paulista UNESP, Marília – SP, Brasil.



Treatment of Public Policies on Information and Technology in Colombian Scientific Journals of Information Science

Abstract

This paper proposes an approximation between the Information Science and the Public Policies of Information and Technology. The objective is to identify the treatment that the Public Policies of Information and Technology have received, through the study of the elements of content addressed in the scientific publications of the Colombian Information Science area. The content elements were approached in order to study the direction that the theme has received in these publications in the context of the Information Society. The SciELO system was used, referring to the subject Applied Social Sciences in Colombia, having selected two journals of the field of Information Science: *Revista Interamericana de Bibliotecología* and *Signo y Pensamiento*, analyzing the period between 2000-2016. It is considered that the discussions have been few and mostly focused on some topics of Information Science, without finding analyzes integrated with the proposals of the government, in the topics considered by them as fundamental in the Information Society. Within the analyzed scientific publications, there is a wide discussion about the role of public libraries as important agents for the development of the Information Society. It is concluded that new directions are needed to deepen relations between Information Society and scientific and technological development, information society and public information policies, including historical and epistemological foundations of public information policies.

Keywords: Information and technology public policies, information society, information science, Colombian scientific journals.

Tratamiento de las políticas públicas de información y tecnología en revistas científicas colombianas de ciencias de la información

Resumen

Este trabajo propone una aproximación entre la Ciencia de la Información y las Políticas Públicas de Información y

Tecnología. El objetivo es identificar el tratamiento que las Políticas Públicas de Información y Tecnología han recibido, por medio del estudio de los elementos de contenido abordados en las publicaciones científicas del área de la Ciencia de la Información colombiana. Los elementos de contenido fueron abordados con la intención de estudiar el direccionamiento que el tema ha recibido en esas publicaciones en la coyuntura de la Sociedad de la Información. Se utilizó la plataforma SciELO, consultando en el asunto Ciencias Sociales Aplicadas en Colombia, luego de seleccionar dos revistas que publican a partir de la Ciencia de la Información: *Revista Interamericana de Bibliotecología* y *Signo y Pensamiento*, se analizó el período de 2000-2016. Se consideró que las discusiones han sido pocas, y en su mayoría centradas en algunas temáticas de la Ciencia de la Información, sin encontrar análisis integrados con las propuestas del gobierno, en los tópicos considerados por este como fundamentales en la Sociedad de la Información. Dentro de las publicaciones científicas analizadas hay una amplia discusión en torno al papel de las bibliotecas públicas como agentes determinantes para el desarrollo de la Sociedad de la Información. Se concluye que son necesarios nuevos direccionamientos que profundicen las relaciones entre la Sociedad de la Información y el desarrollo científico y tecnológico, sociedad y políticas públicas de información, incluyendo fundamentos históricos y epistemológicos de políticas públicas de información.

Palabras clave: políticas públicas, información y tecnología, sociedad de la información, ciencia de la información, revistas científicas colombianas.

1. Introdução

A transversalidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) permeiam as áreas do conhecimento, portanto, discutir temas comuns entre elas enriquece as perspectivas e lucram as áreas, assim como com esse fascínio que alude Braga (1999) quando descreve o diálogo entre ciências que convergem na Ciência da Informação (CI).

Este trabalho faz uma aproximação entre a CI e as Políticas Públicas de Informação e Tecnologia para identificar como interagem dentro do contexto particular das publicações científicas que geram os periódicos científicos colombianos.

O objetivo desta pesquisa é identificar o tratamento que têm recebido as Políticas Públicas de Informação e Tecnologia, por meio do estudo dos elementos de con-

teúdo abordados nas publicações científicas da CI na Colômbia.

Busca-se enriquecer a discussão na Colômbia, para que seja possível contribuir por meio do aumento da interação entre a academia e a gestão de Políticas Públicas de Informação e Tecnologia, identificando os conteúdos que estão publicando, as regiões geopolíticas que estão discutindo a temática, isto é, o direcionamento que essas publicações têm recebido a partir de publicações da CI.

Sánchez-Vanderkast (2006), afirma que as políticas da informação na América Latina têm recebido pouca investigação e difusão no campo das Ciências Sociais incluindo as subáreas da informação, e que, com frequência, vêm sendo analisadas como políticas de ciência e tecnologia.

A pesquisa é abordada a partir de publicações difundidas por periódicos científicos, fundamentando-se no fato de que foram as universidades as primeiras instituições na Colômbia que engendraram esforços para conectar-se à internet. Foi com um projeto desenvolvido em concurso pelas Universidad Nacional de Colombia, Universidad de los Andes e a Universidad del Norte, no que realizaram transmissão de dados entre elas, que as universidades iniciaram quanto motores propulsores da primeira fase de desenvolvimento da história da internet nesse país (Barón & Gomez, 2012).

Foram analisados trabalhos recuperados em bases de dados de periódicos gerados e editados na Colômbia, concluindo que as discussões têm sido poucas e em sua maioria centradas em algumas disciplinas da CI sem encontrar análises integradas com as propostas do governo nos tópicos considerados por eles como fundamentais na Sociedade da Informação. A pesquisa busca contribuir com subsídios para estudos que tenham como objetivo a integralidade no discurso do governo-academia dentro do contexto da Sociedade da Informação.

Nas próximas seções discutem-se aspectos teóricos e conceituais da sociedade da informação, incluindo a descrição do contexto normativo e legal da Colômbia, que define os princípios e conceitos da Sociedade da Informação nesse país, bem como o sistema de medição dos avanços nesse sentido.

2. Sociedade da informação e políticas públicas de informação

Desde a segunda metade do século passado, a sociedade tem vivenciado um conjunto de transformações ligado às tecnologias de informação e comunicação, que tem contribuído para a transformação da sua estrutura social e econômica. Essas transmutações trouxeram novos conceitos que são utilizados para designar este contexto, cujo foco são as tecnologias e o processamento da informação. Dentre os termos usados destacam-se os de sociedade pós-industrial (Bell, 1973), sociedade informacional (Castells, 1997), Sociedade em rede (Castells, 1999); sociedade da informação (Barreto, 2005; Mattelart, 2002; Takahashi, 2000).

A Tabela 1 sintetiza algumas das principais definições e características da sociedade da informação, utilizando autores seminais sobre a temática, incluindo os que atuam no campo da CI.

Para a *Comisión de Regulación de Comunicaciones*, na Colômbia, quando definindo o conceito de Sociedade da Informação, indica-se que ela corresponde a “uma comunidade que pode transformar a informação digital em valor econômico e social a partir do uso intensivo das TIC, incrementando a produtividade econômica e o bem-estar da comunidade” (Colômbia, 2012, p. 2, tradução nossa).

Em um contexto internacional, no ano 2003, realizou-se na cidade de Genebra a primeira Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), onde foi elaborado o documento *Princípios para a Construção da Sociedade da Informação*, no qual a define como sociedade “centrada na pessoa, integradora e orientada ao desenvolvimento, na que todos possam criar, consultar, utilizar e compartilhar a informação e o conhecimento” (CMSI, 2004, p. 1, tradução nossa). Estas ações apontam à busca do desenvolvimento econômico sustentável melhorando a qualidade de vida das pessoas que fazem parte dessa sociedade.

As capacidades das TIC na minimização de barreiras tempo e localização são divisadas como a conjuntura que subsidiaria o desenvolvimento econômico, a competitividade, a aproximação e a interação dos grupos sociais (CMSI, 2004).

Tabela 1. Características e definições da sociedade da informação.

Autor	Elementos conceituais sobre a Sociedade da Informação	Ano	País
Fritz Machlup	Partindo do contexto da economia, fornece subsídios técnicos para a reformulação de sistemas de informação, buscando melhoras na produção e distribuição de informação, visando a inovação e a produtividade, e propondo maneiras para mensurar a informação. Evitou a abordagem da informação pensando no uso intensivo da tecnologia, levando a reflexões nas práticas não industriais (Machlup, 1962).	1962	Estados Unidos
Daniel Bell	Cinco aspectos determinantes: i) Âmbito econômico: transição de uma economia de produção para uma economia de serviços; ii) Mudança na estrutura ocupacional da sociedade: predominância da classe profissional e técnica; iii) Centralidade no conhecimento teórico como fonte de inovação e formulação de políticas públicas; iv) Prever e antecipar o futuro e, v) Tecnologia de informação orientada para a tomada de decisão.	1973	Estados Unidos
Tadao Takahashi	Apresenta a SI como um fenômeno global com potencial transformador na nova organização da sociedade e da economia. Observa em ela duas dimensões: político-econômica e social (Takahashi, 2000).	2000	Brasil
Armand Mattelart	Observa a SI como o resultado de uma construção geopolítica. Aponta um paradigma tecnoinformacional quanto pivô de um projeto que busca garantir a reordenação geoeconômica do planeta em torno da democracia de mercado (Mattelart, 2002).	2002	França
Aldo de Albuquerque Barreto	“A sociedade da informação é o espaço em que se torna universal o acesso aos conteúdos de informação dos estoques de documentos, para todos os habitantes de uma realidade. Essa condição só se realiza quando os possíveis beneficiários desse contexto informacional podem elaborar essa informação, em proveito próprio e para o seu desenvolvimento e desenvolvimento da realidade, onde partilham sua odisseia individual de cidadania.” (Barreto, 2005, p. 149).	2005	Brasil
Manuel Castells	As sociedades serão informacionais, não porque se encaixam num modelo específico de estrutura social [como proposto por Bell], mas porque organizam os seus sistemas produtivos em torno dos princípios de maximização da produtividade baseada no conhecimento, por intermédio do desenvolvimento e difusão das tecnologias de informação (Castells, 1997).	1997	Espanha

Fonte: elaborado pelos autores.

Importa frisar que, para efeitos desta pesquisa, a sociedade da informação é considerada como o contexto onde trafegam os discursos e práticas ligadas às políticas de informação.

Frohmann (1995) critica as abordagens tradicionais das Políticas Públicas de Informação (PPI) adotadas na CI, tendo base a cultura organizacional dos Estados Unidos. Para este autor, essas PPI apresentam algumas limitações devido a vários aspectos, dentre os quais o fato de alguns estudos da CI interpretarem as PPI de forma fragmentada, ou seja, ou como uma espécie de política pública para documentos governamentais, ou ainda, como uma política de organização, produção e disseminação de informação técnica e científica.

A implementação de uma política de informação inclusiva deve estar ligada a um regime de informação, pois este privilegia todos os canais, instituições e or-

ganizações que asseguram o fluxo informacional e do conhecimento. Portanto, uma política de informação só será rica se compreender a complexidade que caracteriza as relações sociais, institucionais e organizacionais (Frohmann, 1995).

À medida que as Políticas Públicas de Informação e Tecnologia, orientam na formulação de iniciativas, programas, planos de trabalho que usem as TIC como suporte, estas são aplicadas no desenvolvimento de um grupo social alvo. Desenvolvimento das pessoas nas suas dimensões sociais, econômicas e comunicacionais.

Diante do exposto não podemos restringir as análises das Políticas Públicas de Informação e Tecnologia unicamente nos elementos técnicos ou acontecimentos tangíveis, é preciso olhar para aspectos de princípios e valores com relevância social. Carvalho (2010) afirma que tendo as administrações públicas como

responsáveis da ação pública e assim com as políticas consequentes, elas estão encarregadas de tomar decisões que afetam a vida das pessoas, portanto identifica-se a significância social nessas atuações.

2.1. Lei 1341 de 2009: princípios e conceitos da Sociedade da Informação e outras disposições sobre tecnologias da comunicação – Colômbia

Na Colômbia a Lei 1341 de 2009 indica o enquadramento geral para as políticas públicas das TIC, a qual busca viabilizar o acesso dos habitantes do país à Sociedade da Informação. Pretende o governo cumprir mandatos constitucionais, pois com ela procura a liberdade de expressão, pensamento e opinião, garantir o fluxo da informação, o acesso aos recursos educacionais, à ciência, à técnica, os bens culturais, em geral, ao conhecimento (Colômbia, 2009).

Com esta lei percebe-se um esforço em reconhecer a importância do uso das TIC, considerando a sua infraestrutura tecnológica, o conteúdo a ser acessado, a capacitação, e o desenvolvimento de competências, a promoção da proteção aos usuários tanto pela qualidade dos serviços como pelo controle dos custos, a promoção da segurança informática e incentivando a indústria das tecnologias como geradora de postos de trabalho, bem como do progresso econômico e da competitividade do país.

Não deixamos do lado os fatos anteriores do governo desse país no seu caminhar pelas sendas da adoção das TIC a partir de documentos nacionais nos quais ditava lineamentos para as políticas públicas, aliás, com a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento. Os autores Barón e Gómez (2012) fizeram um estudo detalhado dos eventos políticos e estratégicos do governo da Colômbia nesse sentido antes de esta norma. Destacamos a Lei 1341 de 2009, pela relação direta e específica com os lineamentos da Sociedade da Informação e os instrumentos de seguimento, que vem auxiliar em seu aprimoramento, e que subsidiam como pontos de referência na análise deste trabalho.

2.2. Resolução 3968 de 2012: Sistema de medição dos avanços da Sociedade da Informação

Com as faculdades outorgadas na Lei 1341 de 2009, a *Comisión de Regulación de Comunicaciones* (CRC), elabora

um documento regulatório, criando os indicadores setoriais da Sociedade da Informação: a Resolução 3968 de 2012. Ela é o resultado de estudos e análises que determinaram os critérios de eficiência do setor das tecnologias da informação e a comunicação do país, determinando os indicadores setoriais que permitiriam quantificar esses critérios de eficiência.

Os indicadores setoriais são agrupados da seguinte forma:

- 1) Infraestrutura e acesso às TIC;
- 2) Indicadores de acesso e uso das TIC por residências e indivíduos;
- 3) Uso de TIC pelas empresas;
- 4) Indicadores do sector produtivo das TIC;
- 5) Indicadores TIC na educação; e,
- 6) Indicadores do governo eletrônico. (Colômbia, 2012).

É importante assinalar que estes critérios de eficiência foram planejados de maneira concomitante com as indicações e diretrizes tanto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), quanto da União Internacional de Telecomunicações (UIT). A UIT é a Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), especializada em tecnologias de informação e comunicação que padroniza e regula aspectos das telecomunicações nos seus países membros (Nações Unidas do Brasil, 2017).

A partir de então foi regulamentado o uso deste sistema de indicadores para ser utilizado como um dos instrumentos de governo, centralizando dados que indicam os avanços na Sociedade da Informação na Colômbia.

3. Percorso metodológico

Considerando o objetivo da pesquisa, procuraram-se periódicos editados na Colômbia, que segundo o sistema próprio de indexação, tiveram alta classificação ou estrato, e que estejam categorizados à área da CI.

Na Colômbia as revistas científicas estão indexadas no *Sistema Nacional de Indexación de publicaciones especializadas*

en *Ciencia, Tecnología e Innovación* (Publindex),¹ desenvolvido e administrado pelo *Departamento Administrativo de Ciencia, Tecnología e Innovación* COLCIENCIAS, o qual a sua vez está adscrito ao poder executivo do país no mesmo nível dos ministérios públicos.²

O sistema disponibiliza os periódicos indexados segundo o *Índice Bibliográfico Nacional* (IBN) que faz atualizações anuais ou semestrais, classificando as revistas em quatro categorias – A1, A2, B e C, cujos critérios de avaliação são os seguintes: gestão editorial, avaliação da visibilidade e impacto. Salienta-se que tais critérios têm sido utilizados internacionalmente para a avaliação de publicações científicas.

No mecanismo de busca disponibilizado por COLCIENCIAS, para acessar o IBN, os usuários podem recuperar periódicos pelos campos de busca: ISSN, Nome do Periódico, Instituição Editora e os SIREs, que são Sistemas Internacionais de Indexação. Não se observa a possibilidade de buscar periódicos por área de conhecimento ou área de pesquisa, o que aporta uma limitante ao recuperar recursos dentro das Ciências Sociais Aplicadas ou da CI particularmente.

Para contornar essa limitante, foram consultados dois bancos de dados de indexação, *SJR Simago Journal*³ e a *Web of Science* (WoS),⁴ na busca dos periódicos editados na Colômbia na área de CI.

No *SJR Simago Journal* aplicando os filtros *Social Sciences, Library & Information Sciences*, na região Colômbia, não foi obtido nenhum resultado. No site da WoS aplicou-se a expressão de busca com a categoria *Information Science & Library Science* sem resultados de periódicos gerados desde esse país com esses termos de busca.

Enfim utilizou-se o sistema *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) que é usado para disseminar e acessar informação científica no contexto da América Latina e

Caribe, aplicando técnicas que pretendem medir o uso e impacto das revistas indexadas.

O SciELO tem as coleções de periódicos classificados por países e dentro de cada coleção é possível obter os periódicos ordenados por ordem alfabética ou por lista de assuntos, onde um deles é Ciências Sociais Aplicadas. Na busca foram analisados os títulos e assuntos dos periódicos recuperados concluindo que pelo objetivo desta pesquisa é fatível utilizar dois periódicos que publicam dentro da CI na Colômbia (Tabela 2).

A *Revista Interamericana de Bibliotecología* é editada pela Universidad de Antioquia. Essa faculdade oferece o curso de graduação em Bibliotecología e o programa de mestrado em Ciencia de la Información. A revista *Signo y pensamiento* é editada pela Universidad Javeriana, quem oferece o curso de graduação em Ciencia de la Información – Bibliotecología adscrito à Faculdade de Comunicación y Lenguaje.⁵ Considerando que o sistema Publindex classifica os periódicos indexados em ordem de estrato descendente como A1, A2, B e C, ao consultar os dois periódicos no sistema Publindex, observa-se que tanto *Revista Interamericana de Bibliotecología* quanto *Signo y Pensamiento* estão classificados como B.

O *Consejo Nacional de Política Económica y Social* (CONPES) é o organismo do governo mais importante no planejamento nacional, atuando como órgão assessor em aspectos relacionados com o desenvolvimento econômico e social da Colômbia. O CONPES gera orientações anuais sobre políticas macroeconômicas e avalia iniciativas sobre políticas públicas nesse país. (Colômbia, 2016).

No ano 2000 o CONPES emitiu o documento 3072 o qual impulsava a implementação TIC no Estado colombiano. O documento disse que:

Las Tecnologías de la Información son herramientas que permiten el desarrollo de una nueva economía (E-conomía), la construcción de un Estado más moderno y eficiente, la universalización del acceso a la información, y la adquisición y utilización eficaz del conocimiento, todos estos elementos fundamentales para el desarrollo de la sociedad moderna. (Colômbia, 2000, p. 3).

5 <http://snies.mineducacion.gov.co/consultasnies/programa#>

1 <http://publindex.colciencias.gov.co:8084/publindex/EnlbnPublindex/buscador.do>

2 www.funcionpublica.gov.co

3 <http://www.scimagojr.com/journalrank.php>

4 http://apps-wofknowledge.ez87.periodicos.capes.gov.br/WOS_GeneralSearch_input.do?SID=4EP7UzWz4tSonJZMYQ-1&product=WOS&search_mode=GeneralSearch

Tabela 2: Caracterização dos periódicos.

Periódico	Ano de origem	Temáticas	Periodicidade	Categoria
<i>Revista Interamericana de Bibliotecología</i>	1978	Biblioteconomia e Documentação, Arquivística e CI	Quadrimestral	B
<i>Signo y Pensamiento</i>	1982	Comunicação, Informação e Linguagem	Semestral	B

Fonte: IBN, consultar <http://scienti.colciencias.gov.co:8084/publindex/>

Considerando este fato no planejamento do Estado Colombiano e a orientação que tentou fazer no desenvolvimento das políticas públicas com este documento intitulado *Agenda de Conectividad* (Colômbia, 2000, p. 3), o qual buscou promover o uso das tecnologias da informação aumentando a competitividade, tornar modernos os órgãos do governo e melhorar o acesso à informação, esta pesquisa determinou como período de tempo o compreendido entre o ano do documento 3072, o ano 2000, até o ano de 2016.

Foram pesquisados trabalhos nesses bancos de dados com os termos de busca política (128 resultados) e políticas (80 resultados). Após análise do título seguiu-se análise do resumo, quando foram filtrados 19 trabalhos, sendo 13 trabalhos na *Revista Interamericana de Bibliotecología*⁶ e 6 trabalhos na *Signo y Pensamiento*.⁷

Atendendo o objetivo da pesquisa, os trabalhos recuperados foram abordados identificando o tratamento das Políticas Públicas de Informação e Tecnologia na Colômbia, observando o tipo de aproximação com elas, ou seja, se os autores estão descrevendo o agir das políticas ou propondo novos elementos de fundo que modifiquem as mesmas. Simultaneamente, buscou-se perceber quais elementos dos indicadores setoriais regulados na Resolução 3968 de 2012 foram objeto da análise, e se fosse o caso, quais elementos não ligados com esse documento estão sendo abordados em cada trabalho.

4. Apresentação e análise dos resultados

Feita a análise e aplicando o método de categorização indicado nos 19 trabalhos, observou-se que a tendência majoritária se encontra em torno da descrição de processos de implementação das Políticas Públicas de Informação e Tecnologia nas áreas de gestão, disseminação e administração de informação em bibliotecas e

arquivos. Os trabalhos estão refletindo sobre fatos e/ou resultados relacionados com o início e efetivação de políticas públicas nessas áreas.

Os trabalhos se encaixaram em uma ou várias das seguintes opções: a primeira, aborda as bibliotecas, a segunda as políticas de leitura, a terceira as políticas de arquivos; a quarta trata da Sociedade da Informação dentro de um discurso tecnológico; e por fim, a quinta discorre sobre Sociedade de Informação a partir da perspectiva ética e moral. A Tabela 3 apresenta um resumo dos resultados categorizando-os a partir dos atributos: ano da publicação, periódico, abreviando com SYP para a revista *Signo y Pensamiento*, RIB para *Revista Interamericana de Bibliotecología*; sobrenome dos autores, país referenciado no conteúdo da publicação; e por final o tipo do conteúdo abordado em cada trabalho.

Considerando as abordagens que cada trabalho acadêmico fez e os contextos políticos nos quais estão se desenvolvendo essas discussões, a Argentina, o Brasil, a Colômbia, a Espanha, o México e o Peru, percebe-se que os grupos propostos nos indicadores setoriais da Sociedade da Informação na Colômbia, regulamentados na resolução 3968 de 2012, têm tido uma discussão muito baixa, com um único trabalho que aborda os grupos de indicadores na Colômbia, discutindo-se em concomitância com políticas de bibliotecas, leitura e arquivos.

Somente três trabalhos dos dezenove se dedicaram a discutir exclusivamente sobre algum dos tópicos do sistema de avaliação proposto na resolução 3968, sendo dois focados na Espanha e um no Brasil (Bolaño & Brittos, 2009; Caridad-Sebastián & Martínez-Cardama, 2016; Giraldo-Luque, 2012). Percebe-se nesses três trabalhos uma circunstância que chama a atenção pela relevância que tem dado o governo nacional da Colômbia, e pelo dito enquanto aos grupos setoriais de avaliação que estão sendo usados por vários países com que mantêm parcerias, e que acatam as indicações tanto da OCDE como da UIT, no nosso caso a América Latina e o país Ibérico da Espanha.

6 <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/index>

7 http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/index.php?option=com_booklibrary&Itemid=48

Tabela 3. Categorização temática do conteúdo

Ano	Periódico	Autores	País referenciado	Bibliotecas	Leitura	Arquivos	Sociedade da Informação	
							Discurso tecnológico	Discurso ético e social
2000	SYP	Méndez, J.	Colômbia					X
2001	RIB	Revesz, B.	Peru	X	X	X	X	
2001	SYP	Bernal De Alarcón, P.	Colômbia					X
2003	SYP	Bolaño, C. S. Jaramillo, O.	Brasil					X
2004	RIB	Montoya R., M. Moncada P., D. Vélez P., C.	Colômbia	X				
2006	RIB	Jaramillo, O. Álvarez-Zapata, D.	Colômbia	X	X			
2008	RIB	Giraldo-Giraldo, Y. N. Rodriguez Santamaria, G. M. Gómez-Vargas, M.	Colômbia	X	X			
2008	RIB	Yepes-Osorio, L. B. Álvarez-Zapata, D.	Colômbia	X	X			
2008	RIB	Ocampo-Molina, N. Y. Giraldo-Giraldo, Y. N. Guerra-Sierra, L. M. Melgar-Estrada, L. Gómez-Vargas, M.	Colômbia	X	X			
2009	SYP	Bolaño, C. R. S. Brittos, V. C.	Brasil				X	
2010	RIB	Jaramillo, O.	Colômbia	X				
2010	RIB	Velásquez-Merlo, S. D. Sánchez Vanderkast, E.	México	X				
2010	RIB	Gauchí, V.	Argentina	X	X	X	X	
2011	RIB	Álvarez-Álvarez, M. J. Parra-Acosta, J. A.	Colômbia			X		
2012	SYP	Barón, L. F. Gómez, R.	Colômbia	X			X	
2012	SYP	Giraldo-Luque, S.	Espanha				X	
2013	RIB	Ramírez-Aceves, M. Bornacelly, J. Quintero-Castro, N.	México					
2014	RIB	Cuartas-Celis, D. Restrepo, M. C. Gil-Aristizábal, D.	Colômbia	X				
2016	RIB	Caridad-Sebastián, M. Martínez-Cardama, S.	Espanha				X	

Fonte: dados da pesquisa.

O *Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones* (MINTIC) na Colômbia elaborou dois informes consolidados dos indicadores setoriais propostos na resolução 3968, o primeiro no ano 2013 e segundo em julho de 2014 (Colombia, 2013, 2014).

No âmbito desta pesquisa observou-se que existe uma maior reflexão em torno das políticas públicas para bibliotecas, políticas para a leitura, inclusive para os arquivos públicos. Identificou-se que os autores desses trabalhos concordam que as políticas públicas para bibliotecas, leitura e os arquivos são determinantes para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, mas apesar disso, não existe alusão destas três temáticas da CI nos indicadores setoriais. Até podem existir questões da estrutura política de cada país objeto das reflexões que indiquem que esses tipos de discussões estejam sendo abordadas em outros cenários políticos, porém, as análises nos trabalhos estudados conceituam que existem laços basilares entre essas temáticas e a Sociedade da Informação.

Destaca-se que no início do período pesquisado, os aspectos éticos e morais da Sociedade da Informação tiveram uma maior discussão. Foram encontradas reflexões nos anos 2000 e 2003 na Colômbia e o Brasil, demonstrado preocupação dos autores pela relevância das mudanças tecnológicas que a sociedade começava a assumir (Bernal de Alarcón, 2001; Bolaño, 2003; Méndez, 2000).

Em um dos trabalhos que aborda o debate ético e moral da Sociedade da Informação, Méndez (2000), afirma que as mudanças advindas como os avanços tecnológicos, entre outras coisas, trouxeram à luz a obsolescência de tratados de ética, deixando em foco a prevalência de subjetividades no tratamento de aspetos sociais nos relacionamentos tanto em comunidades informais, quanto formais, como as criadas nas relações cidadão-governo.

A Figura 1 ilustra o panorama dos temas tratados pelos pesquisadores em suas obras como outra forma de ler os resultados, onde pode-se visualizar a orientação temática das análises.

Apresenta-se graficamente a predominância das ocorrências das políticas públicas nas bibliotecas, com alguns casos nos quais se discute concomitantemente

com as políticas de leitura e o acesso aos arquivos públicos. Somente dois trabalhos, em termos percentuais 10,5 %, dos trabalhos fizeram a análise incorporando as temáticas específicas da CI: Biblioteca, Leitura e Arquivo, demarcando a inter-relação estreita entre elas e a Sociedade da Informação, sendo desenvolvidas no contexto político do Peru e da Argentina (Gauchi, 2010; Revesz, 2001).

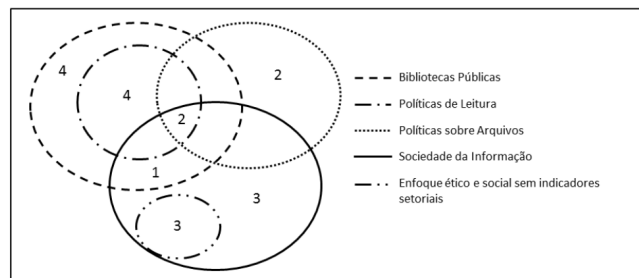


Figura 1. Diagrama de Venn com os resultados temáticos

Fonte: dados da pesquisa

Três trabalhos focaram a análise exclusivamente nos indicadores setoriais da Sociedade da Informação todos no âmbito externo, tendo como alvos o Brasil e a Espanha (Bolaño & Brittos, 2009; Caridad-Sebastián & Martínez-Cardama, 2016; Giraldo-Luque, 2012).

Embora um trabalho que integra a discussão entre a Sociedade da Informação e as políticas públicas para bibliotecas não reflete sobre arquivos públicos, faz uma abordagem política do desenvolvimento histórico da Sociedade da Informação na Colômbia vislumbrando os esforços e movimentos que têm se dado no país (Barón & Gómez, 2012).

Jaramillo, Montoya, Moncada e Vélez (2004) assinalam a necessidade de refletir e propor políticas públicas sobre as bibliotecas públicas garantindo o funcionamento delas no país de maneira síncrona ao contexto da Sociedade da Informação como coadjuvante para alcançar e cumprir com os estimados direitos de acesso à informação, educação e cultura dos grupos sociais.

Por definição, as bibliotecas públicas são instituições “[...] de carácter social (que incluem o educativo, informativo e cultural), financiadas e reguladas pelo Estado, cuja finalidade é possibilitar o acesso livre e gratuito à informação [...], buscando contribuir ao melhoramen-

to da qualidade de vida das pessoas[...].” (Jaramillo & Montoya-Ríos, 2000, p. 30, tradução nossa).

É então a biblioteca um agente social do Estado, utilizado como estratégia para alcançar melhores níveis de desenvolvimento que podem se traduzir em competitividade, fontes de aprimoramento das economias e como progresso nas condições de vida dos cidadãos. Ela está intimamente ligada com as comunidades e, por conseguinte, com os programas de governo que emergem a partir das políticas públicas idealmente construídas com subsídios da comunidade acadêmica, em especial da CI (Bornacelly, Quintero-Castro, Cuartas-Celis, Restrepo, & Gil-Aristizábal, 2014; Jaramillo, 2010).

Constata-se a prioridade na discussão ao redor das políticas públicas sobre informação e tecnologia com viés integrador que inclua as bibliotecas públicas aos estudos setoriais para avaliar a Sociedade da Informação, já que ela procura a inclusão dos grupos sociais objetivando desenvolvimentos tanto econômicos como na qualidade de vida em geral, que também são finalidades que estão sendo consideradas e tentado ser executadas pelas bibliotecas públicas.

Jaramillo (2006) assevera que a partir das discussões acadêmicas sobre a institucionalidade da biblioteca pública é possível potencializar a relação estado-biblioteca-sociedade, assinalando que pelo menos na Colômbia existe um longo caminho por percorrer em relação a legislação que harmonize a Sociedade da Informação e as bibliotecas públicas, propiciando desenvolvimentos em entornos informacionais não alienados e, portanto, democratizados.

O eixo temático abordado em menor escala pelos autores estudados neste trabalho, mas que merece atenção pela conotação democrática que tem tomado nos últimos anos, refere-se aos arquivos públicos. Dois trabalhos tiveram dedicação exclusiva à observação do contexto dos arquivos dentro das políticas públicas de informação e tecnologia (Álvarez-Álvarez & Parra-Acosta, 2011; Ramírez-Aceves, 2013).

Vive-se um momento propício para dialogar sobre o acesso à informação nos arquivos públicos, considerando o auge dos temas relacionados, como por exemplo, a apresentação de contas dos governos. Grande número de países tem como pretensão abrir-se à participação

cidadã na busca entre outros objetivos, o de reduzir a corrupção (Ramírez-Aceves, 2013). Esta é uma das metas que os governos perseguem com a inclusão das estratégias de governo eletrônico nos indicadores setoriais da Sociedade da Informação.

Para Jardim, Silva e Nharreluga (2009) essas políticas públicas de acesso aos arquivos públicos devem contemplar, entre outros aspectos, o tecnológico. É desta forma que pode-se fortalecer o enlace com a Sociedade da Informação, ou seja, se estabelece de novo a relação tríplice, neste caso, trocando bibliotecas por arquivo: estado-arquivo-sociedade, e que fazendo uso das TIC constroem a ponte que leva à Sociedade da Informação. “O exercício individual que obriga as pessoas a fazer parte duma decisão é uma característica básica dos processos da Sociedade da Informação, em que os indivíduos buscam continuamente canais de auto exposição pública.” (Giraldo-Luque, 2012, p. 32, tradução nossa).

Nesta abordagem tecnológica de políticas públicas, há de se considerar a questão de dar ou não maior ênfase a aspectos puramente técnicos e tecnológicos da Sociedade da Informação, já que pode ocasionar o efeito inverso à diminuição da brecha digital. O estudo feito por Barón e Gómez (2012) ressalta a importância de incrementar a atenção na qualidade dos serviços e plataformas tecnológicas criadas, as quais podem dar os melhores resultados em termos de aproveitamento por parte dos grupos sociais na medida em que estejam acompanhadas de processos de alfabetização tecnológica, investigação sobre as experiências de uso dessas tecnologias, e da integração da sociedade geral nos processos de adoção e desenvolvimento do conteúdo e dos programas da Sociedade da Informação.

Esta questão da alfabetização tecnológica foi respaldada pela ONU (2000), no seu informe do conselho econômico e social, onde assinala que além das interconexões, a infraestrutura e as capacidades institucionais dentro da Sociedade da Informação, é fundamental que a sociedade obtenha verdadeiro benefício dela, com processos e estratégias fundamentalmente orientados à investimentos em educação.

Percebe-se a correlação entre um dos estudos recuperados, o de Barón & Gómez (2012), e o informe da ONU (2000), embora cedo na Sociedade da Informação, no

que atinge ao aproveitamento das oportunidades tecnológicas pelas possibilidades oferecidas com as novas TIC em relação ao processamento, armazenamento e os meios de comunicação, onde a sociedade deve buscar a implementação de estratégias de capacitação dos indivíduos para que logrem obter o máximo proveito das oportunidades que a tecnologia que oferece por meio da Sociedade da Informação.

Um dos atores que pode contribuir com um maior aproveitamento da Sociedade da Informação por parte da sociedade em geral é a biblioteca pública, com os seus profissionais da informação altamente capacitados. Na Declaração dos Princípios da Sociedade da Informação de Genebra fruto da primeira CMSI (2004) assinala-se que “os criadores, editores e produtores de conteúdo, assim como os professores, instrutores, arquivistas, bibliotecários e estudantes devem desempenhar uma função ativa na promoção da Sociedade da Informação, particularmente nos países menos adiantados” (p. 5).

5. Considerações finais

Observa-se um diálogo reduzido acerca das Políticas Públicas de Informação e Tecnologia em publicações originadas na Colômbia. Nas revistas pesquisadas, as quais publicam três e duas vezes no ano, a *Revista Interamericana de Bibliotecología* desde o ano 1978, e a *Signo y Pensamiento* desde o 1982, apenas 19 trabalhos apresentam discussões dentro do marco da Sociedade da Informação com o olhar Ciência da informação no âmbito desta pesquisa.

Essas discussões encontram-se em sua maioria fragmentadas com tendência à perspectiva parcial do entorno das políticas públicas para biblioteca, políticas para a leitura, e políticas dos arquivos públicos. Dentro das publicações científicas analisadas há uma ampla discussão em torno do papel das bibliotecas públicas como agentes determinantes para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Percebe-se que pelo fato de identificar unicamente um trabalho que faz análise com um discurso tecnológico sobre a Sociedade da Informação tendo como alvo a Colômbia, faz-se necessário incrementar o olhar a partir da comunidade científica com o intuito de contribuir com reflexões fundamentadas em arcabouços teóricos

levados às práticas através das políticas públicas dentro do contexto da informação e a tecnologia.

Observou-se que a estrutura proposta para os indicadores setoriais que medem o avanço da Sociedade da Informação na Colômbia foi pouco objetivada nas discussões estudadas, sendo focados somente em um trabalho dos 19 estados, assinalando a possibilidade de acrescentar pesquisas nesse sentido, com estudos que surjam da Ciência da informação. Por sua vez, a estrutura desses indicadores desconsidera as temáticas concernentes a bibliotecas públicas e políticas de arquivos públicos, as quais têm a possibilidade de impulsioná-la, pelo amplo conhecimento na administração e gerenciamentos de ecologias informacionais, e, portanto, com o potencial para contribuir com o desenvolvimento de conglomerados sociais.

Propõe-se um diálogo em torno a fazer da Ciência da informação a ciência mediadora dos assuntos relacionados com o impacto social, econômico, acadêmico e do desenvolvimento das políticas públicas da informação e da tecnologia, pela ampla bagagem que tem no tratamento e administração dos centros por excelência da gestão da informação, como são as bibliotecas e os arquivos, e porque seus profissionais podem ser identificados como agentes para o auxílio na mensuração dos processos dentro do marco da Sociedade da Informação, fornecendo apoio procedimental e tecnológico.

Os resultados desta pesquisa suscitam novos direcionamentos que possam aprofundar as relações entre a Sociedade da Informação e o desenvolvimento científico e tecnológico, sociedade e políticas públicas de informação, incluindo os fundamentos históricos e epistemológicos de políticas públicas de informação.

6. Referências

1. Álvarez-Álvarez, M. J., & Parra-Acosta, J. A. (2011). Archivos y desarrollo regional: políticas para una nueva concepción territorial en Colombia. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 34(1), 23-33. Recuperado de <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/9490>
2. Barón, L. F., & Gómez, R. (2012). De la infraestructura a la apropiación social: panorama sobre las políticas de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) en Colombia. *Signo y pensamiento*, 31(61), 38-55.

- Recuperado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/4408/3324>
3. Barreto, A. de A. (2005). O tempo e o espaço da sociedade da Informação no Brasil. In M. Del Roio (Org.), *A universidade entre o conhecimento e o trabalho: O dilema das ciências* (pp. 149-155). Marília: Unesp-Marília-Publicações.
 4. Bell, D. (1973). *O advento da Sociedade Pós-Industrial: Uma tentativa de previsão social* (H. de L. Dantas, Trad.). São Paulo: Cultrix.
 5. Bernal de Alarcón, P. (2001). Debates en torno a la comunicación política en internet. *Signo y Pensamiento*, 20(38), 24-45. Recuperado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/2827>
 6. Bolaño, C. S. (2003). Entrevista con Armand Mattelart: Sociedad de la información y proyecto intelectual. *Signo y Pensamiento*, 22(43), 71-77. Recuperado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/3652>
 7. Bolaño, C. R. S., & Brittos, V. C. (2009). Paradigma digital: capitalismo, cultura e esfera pública. *Signo y Pensamiento*, 28(54), 82-101. Recuperado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/3739>
 8. Bornacelly, J., Quintero-Castro, N., Cuartas-Celis, D., Restrepo, M. C., & Gil-Aristizábal, D. (2014). Política pública de biblioteca pública en Medellín: hacia la construcción de una guía de evaluación. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 37(2), 151-170. Recuperado de <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/19367>
 9. Braga, G. M. (1999). Prefacio. In L. V. Pinheiro. (Org.), *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade* (pp. 9-10). Brasília, DF: IBICT/DDI/DEP.
 10. Caridad-Sebastián, M., & Martínez-Cardama, S. (2016). Gobierno y Parlamento abierto: la participación ciudadana en el tratamiento y visualización de la información pública. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 39(1), 47-56. doi: 10.17533/udea.rib.v39n1a07
 11. Carvalho, A. M. G. de. (2010). *Apropriação da informação: Um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital* (tese doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/103358>
 12. Castells, M. (1997). *Power of identity: The information age: Economy, society, and culture*. Hoboken: Blackwell Publishers.
 13. Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
 14. Colombia. (2000). *Agenda de conectividad*. Santa Fe de Bogota: DNP: UINFE-DITEL. Documento Conpes 3072. Recuperado de <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Conpes/Econ%C3%B3micos/3072.pdf>
 15. Colombia. (2009). Ley 1341/2009, de 30 de junio. Por la cual se definen principios y conceptos sobre la sociedad de la información y la organización de las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones – TIC – se crea la agencia nacional de espectro y se dictan otras disposiciones. Bogotá: MINTIC. Recuperado de <http://www.mintic.gov.co/portal/604/w3-article-3707.html>
 16. Colombia. (2012). Resolución 3968/2012, de 12 de octubre. Por la cual se establecen los criterios de eficiencia del sector de las tecnologías de la información y las comunicaciones y la medición de indicadores sectoriales para medir el avance en la sociedad de la información. Bogotá: CRC. Recuperado de <https://www.crcm.gov.co/resoluciones/00003968.pdf>
 17. Colombia. (2013). *Informe de Indicadores Sectoriales que permiten medir el avance de Colombia en la Sociedad de la Información*. Bogotá: CRC. Recuperado de https://colombiatic.mintic.gov.co/602/articles-4161_archivo_pdf.pdf
 18. Colombia. (2014). Avance de Colombia en la Sociedad de la Información. *Informativo Sociedad de la Información*, 2, 1-14. Recuperado de http://colombiatic.mintic.gov.co/602/articles-6807_archivo_pdf.pdf
 19. Colombia. (2016). El Consejo Nacional de Política Económica y Social, CONPES. Bogotá: DNP. Recuperado de <https://www.dnp.gov.co/CONPES/Paginas/conpes.aspx>
 20. CMSI. (2004). *Declaración de principios*. Geneva. Recuperado de <https://www.itu.int/net/wsis/docs/geneva/official/dop-es.html>
 21. Frohmann, B. (1995). Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In *Annual Conference of the Canadian Association for Information Science* (pp. 1-15). Recuperado de <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/documents/taking%20information%20policy%20beyond%20information%20science.pdf>
 22. Gauchi, V. (2010). Políticas de información al amparo de la legislación argentina. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 34(2), 157-176. Recuperado de <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/10322>

23. Giraldo-Luque, S. (2012). Modelo de análisis del uso de Internet para promover la participación ciudadana en los procesos de toma de decisión pública (poderes Ejecutivo y Legislativo). *Signo y Pensamiento*, 31(61), 18-36. Recuperado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/4395>
24. Jardim, J. M., Silva, S. C. de A., & Nharreluga, R. S. (2009). Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14(1), 2-22. Recuperado de <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743>
25. Jaramillo, O. (2006). Políticas públicas para el desarrollo y fortalecimiento de la biblioteca pública. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 29(1), 31-62. Recuperado de <https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/1970>
26. Jaramillo, O. (2010). La biblioteca pública, un lugar para la formación ciudadana: referentes metodológicos del proceso de investigación. *Revista interamericana de bibliotecología*, 33(2), 287-313. Recuperado de <https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/7644>
27. Jaramillo, O., & Montoya-Ríos, M. (2000). Revisión conceptual de la Biblioteca Pública. *Revista interamericana de Bibliotecología*, 23(1-2), 13-56. Recuperado de <https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/7903>
28. Jaramillo, O., Montoya, R. M., Moncada, P. D., & Vélez P. C. (2004). La biblioteca pública en Medellín: un acercamiento a su contexto legal. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 27(1), 93-115. Recuperado de <https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/3081>
29. Mattelart, A. (2002). *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola.
30. Machlup, F. (1962). *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton: Princeton University Press.
31. Méndez, J. (2000). ¿Homo ciber-informáticus? Reflexiones introductorias para el debate ético-político sobre las nuevas tecnologías. *Signo y Pensamiento*, 16(36), 119-128. Recuperado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/2987>
32. Nacoes Unidas no Brasil. (2017). *União Internacional de Telecomunicações*. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/agencia/uit/>
33. ONU. (2000). *Informe del Consejo Económico y Social*. Recuperado de <http://www.itu.int/net/wsis/docs/background/resolutions/55-3-es.pdf>
34. Ramírez-Aceves, M. (2013). Los Archivos: el marco propicio para el acceso a la información. Apuntes sobre sus orígenes. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 36(2), 139-149. Recuperado de <https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/17639>
35. Revesz, B. (2001). Políticas de información, bibliotecas públicas y desarrollo local y regional. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 24(2), 45-63. Recuperado de <https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/3198>
36. Sánchez-Vanderkast, E. J. (2006). Panorama de la investigación sobre políticas de información en América Latina. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 29(1), 123-148. Recuperado de <https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/1974>
37. Takahashi, T. (Org.). (2000). *Livro verde da Sociedade da Informação no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia.